



Observatório da Oposição

19 DE FEVEREIRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 37

**Lula desrespeita
memória de
6 milhões de
judeus mortos
no holocausto e
vira *persona non
grata* em Israel**

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL

ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1**POLÍTICA INTERNACIONAL****2****POLÍTICA****3****ECONOMIA****4****TRABALHISTA****5****TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO****6****SEGURANÇA PÚBLICA**

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.



POLÍTICA INTERNACIONAL

Lula desrespeita memória de 6 milhões de judeus mortos no holocausto e vira *persona non grata* em Israel

Em declaração que envergonhou o Brasil na comunidade internacional, petista comparou reação do governo israelense ao terrorismo do Hamas com ação de nazistas contra judeus durante a Segunda Guerra Mundial

- Fala de cunho antissemita do presidente Lula repercute negativamente com reações na diplomacia global. Em seu discurso, Lula afirma que o que está ocorrendo na Faixa de Gaza somente é comparável ao extermínio promovido por Hitler.

“

É importante lembrar que em 2010 o Brasil foi o 1º país a reconhecer o Estado palestino. É preciso parar de ser pequeno quando a gente tem que ser grande. O que está acontecendo na Faixa de Gaza e com o povo palestino não existe nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus”.

Lula, presidente do Brasil.



- Em outras palavras, o presidente Lula acusa Israel adotar conduta similar ao Holocausto, no qual foram exterminados mais de 6 milhões de judeus.
- A comparação realizada por Lula foi amplamente criticada por Israel e por membros da diplomacia global.
- O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu chamou a declaração de Lula de “vergonhosa” e convocou o embaixador brasileiro em Tel Aviv para uma re-preensão.



“

As palavras do presidente do Brasil são vergonhasas e graves. Trata-se de **banalizar o Holocausto** e de tentar prejudicar o povo judeu e o direito de Israel se defender.

Comparar Israel ao Holocausto nazista e a Hitler é cruzar uma linha vermelha. Israel luta pela sua defesa e pela garantia do seu futuro até à vitória completa e fá-lo ao mesmo tempo que defende o direito internacional.

Decidi com o chanceler Israel Katz convocar imediatamente o embaixador brasileiro em Israel para uma dura conversa de re-preensão”.

[Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, na plataforma X.](#)

- O ministro de Relações Exteriores de Israel, Israel Gatz, constrangedoramente convocou o embaixador brasileiro em Israel para visitar o Museu do Holocausto, declarando que o presidente brasileiro se tornou *persona non grata* até uma retratação pública. Esse evento, amplamente transmitido, revela de forma clara o embaraço do diplomata brasileiro diante de uma humilhação pública para o Brasil.

“Esta manhã, convoquei o embaixador do Brasil em Israel para Yad Vashem, o local que demonstra mais do que qualquer outro o que os nazistas e Hitler fizeram aos judeus, incluindo a membros da minha própria família.



NewArab

A comparação do presidente do Brasil, @LulaOficial, entre a guerra justa de Israel contra o Hamas e as ações de Hitler e dos nazistas, que exterminaram 6 milhões de judeus, é um grave ataque antissemita que profana a memória dos que foram mortos no Holocausto.

Não perdoaremos, nem esqueceremos - em meu nome e em nome dos cidadãos de Israel, declarei ao presidente Lula que ele é uma persona non grata em Israel até que ele se desculpe e reconsidere suas palavras”.

[Israel Katz, ministro de Relações Exteriores, na plataforma X.](#)

- Dani Dayan, presidente do Museu do Holocausto em Jerusalém, criticou a fala de Lula, considerando-a antissemita e marcada por ódio e ignorância. Dayan, que já foi embaixador de Israel em Nova Iorque, [afirmou que a fala do presidente foi “vergonhosa”](#).

“Comparar uma nação que luta contra uma organização terrorista com as ações de nazistas merece ser condenada na sua totalidade”.

[Dani Dayan, na plataforma X.](#)



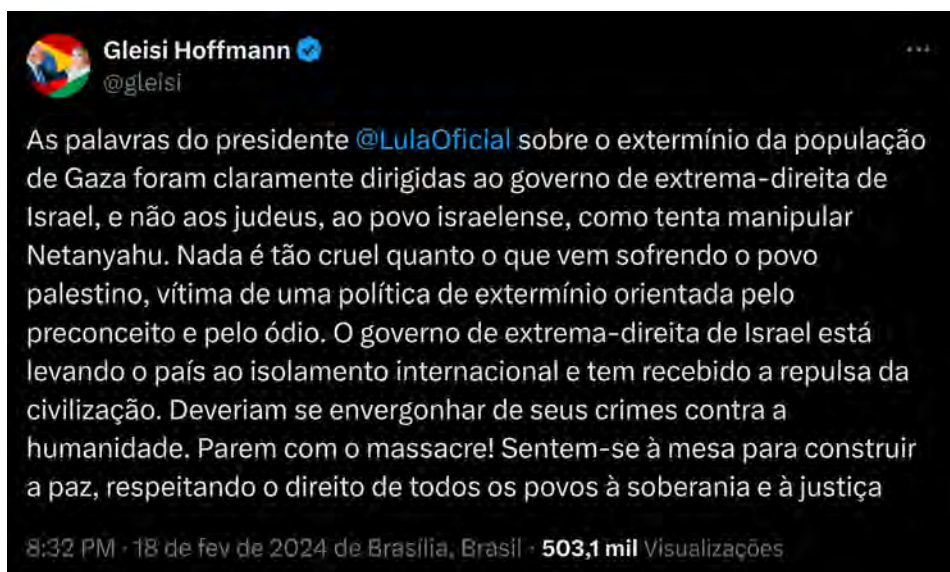
- Apesar das objeções de Israel, o governo Lula indica que não pretende se retratar pelas declarações, [conforme visto na convocação do embaixador brasileiro em Tel Aviv para consultas](#). Essa ação é comumente utilizada para expressar descontentamento no âmbito diplomático.
- No Brasil, membros do Partido dos Trabalhadores estão tentando diminuir a importância e o impacto das declarações do presidente Lula. Os comentários de figuras-chave do partido sugerem que a conduta antissemita do presidente é amplamente aceita e compartilhada entre seus correligionários.



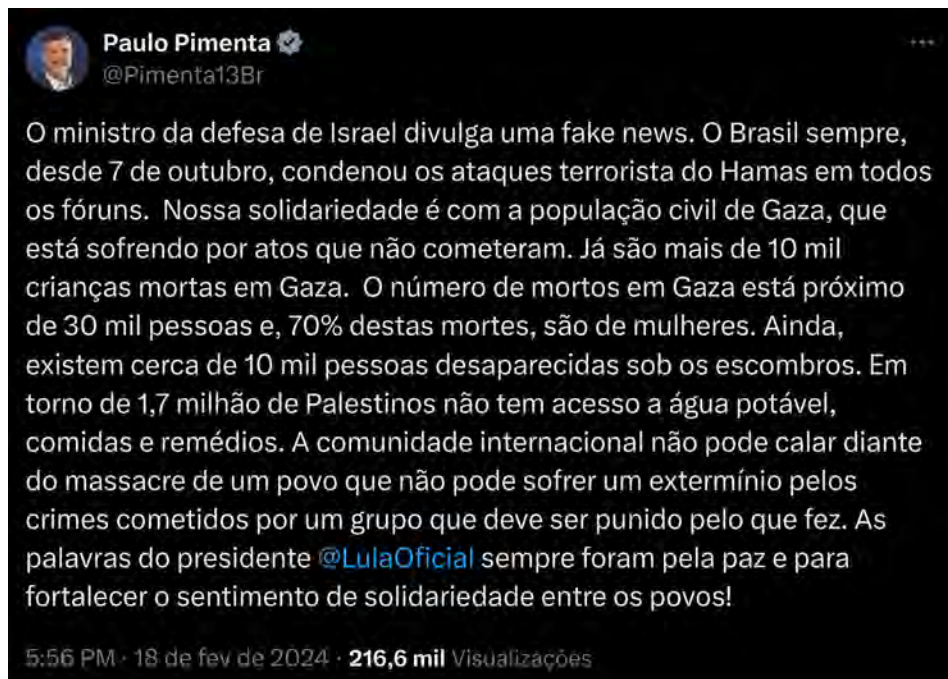
[José Guimarães, deputado e Líder do Governo na Câmara dos Deputados, na plataforma X.](#)

“Isso é coisa absurda. Só aumenta o Isolamento de Israel. Lula é procurado no mundo inteiro e no momento quem é [persona] non grata é Israel”.

[Celso Amorim, assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, em entrevista para o blog de Andreia Sadi.](#)



[Gleisi Hoffmann, deputada e presidente do PT, na plataforma X.](#)



Paulo Pimenta, ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, na plataforma X.

- O grupo terrorista [Hamas divulgou um comunicado em seu canal no Telegram elogiando as declarações de Lula.](#)

“Apreciamos a declaração do presidente brasileiro Lula da Silva, que descreveu aquilo a que o nosso povo palestino está submetido na Faixa de Gaza como um Holocausto. E que os sionistas estão fazendo hoje em Gaza o mesmo que Hitler nazista fez aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial”.

Hamas, nota publicada no Telegram.

O relativismo de Silvio Almeida quanto ao antissemitismo

- Diante do ataque racista à comerciante judia Herta Berslauer, que teve seu estabelecimento vandalizado em Arraial D’Ajuda-BA e foi agredida fisicamente, conforme vídeo amplamente divulgado em redes sociais, o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, optou pelo relativismo.



[Silvio Almeida, na plataforma X.](#)

- No título da postagem é mencionada a islamofobia, embora não haja ligação direta com o episódio em questão. Isso sugere uma possível tentativa de estabelecer uma equivalência moral que entendemos ser indevida, considerando que não estamos lidando com ataques perpetrados pela população brasileira ou por descendentes de israelitas contra muçulmanos ou islâmicos.
- Segundo, a nota faz crítica ao governo de Israel, que também nos parece totalmente fora de propósito diante de um acontecimento referente a uma conduta evidentemente racista ocorrida em território brasileiro.
- Ao adotar uma abordagem evasiva e genérica, a nota revela um possível desconforto por parte do ministro dos Direitos Humanos do Governo Lula no cumprimento de seu papel precípuo.
- **Não seria mais apropriado que o ministro apenas repudiasse a conduta racista e comunicasse medidas concretas dentro da área de atuação de sua pasta?**
- Em tempo, se tivesse mais orientado para a atuação do próprio ministério, Silvio Almeida poderia ter evitado a publicação da nota controversa pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, que pode ser interpretada como de cunho antissemita por legitimar condutas claramente discriminatórias.

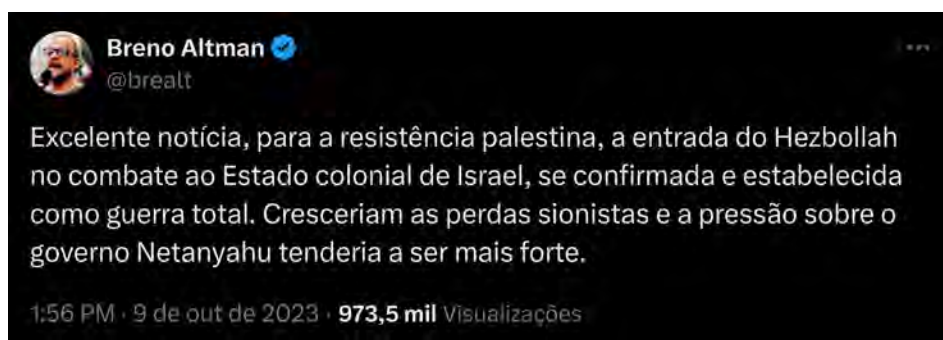
Nota do Conselho Nacional de Direitos Humanos

- O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) emitiu uma nota de repúdio à Confederação Israelita do Brasil (Conib) e em defesa do jornalista Breno Altman, acusado de antissemitismo em processos judiciais movidos pela Conib.
- A “[Nota em repúdio à tentativa de censura por parte da Confederação Israelita do Brasil](#)”, divulgada em 6 de fevereiro, refere-se a uma decisão judicial de novembro que favoreceu a Conib, solicitando a exclusão de 11 postagens de Altman.
- Nas publicações questionadas judicialmente pela Conib, Altman fez comparações pejorativas entre os judeus e “ratos”, além de defender a “liquidação do regime sionista”. Surpreende que o CNDH não reconheça como inaceitável a postura claramente antissemita de Breno Altman nas postagens inquiridas.

“

Para tentar calar Breno Altman (e outras pessoas que expressam livremente suas opiniões), a Conib entrou com uma ação cível e outra criminal contra o jornalista para censurar seus comentários, retirar do ar suas postagens e impedir sua participação ‘lives, vídeos e manifestações’ sobre a questão palestina”.

[Nota CNDH.](#)



[Breno Altman, na plataforma X.](#)



Breno Altman, na plataforma X (postagem apagada).

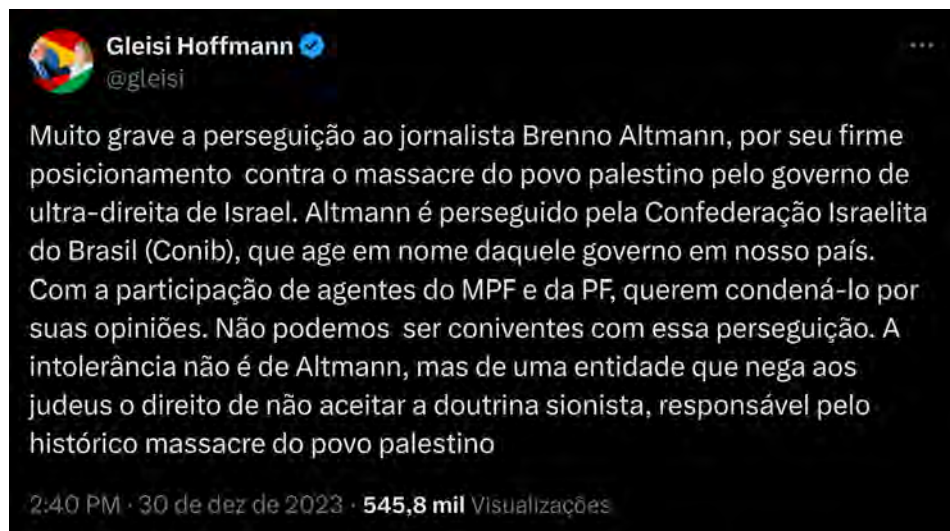


Breno Altman, na plataforma X (postagem apagada).

- Cabe destacar que o [CNDH possui representantes do poder público indicados pelas autoridades máximas das respectivas instituições](#).¹ Conta com a presença de membros do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Conselho Nacional de Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Departamento de Polícia Federal.

¹ Conforme previsto na Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014. "Art. 3º O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH é integrado pelos seguintes membros: [...] § 1º Os representantes dos órgãos públicos serão designados pelos ministros, chefes ou presidentes das respectivas instituições".

- A presidente nacional do PT, Gleise Hoffmann, em linha com a nota da CNDH, saiu em defesa de Breno Altman, criticando a Conib, o Ministério Público e a Polícia Federal.



[Gleise Hoffmann, na plataforma X.](#)

- Consideramos indevida a intervenção de órgãos governamentais, representados na CNDH, alinhados com a cúpula do PT, representada por sua presidente. Em suas manifestações, desconsideram a existência do devido processo legal, conduzido pelas autoridades competentes encarregadas de analisar o litígio entre as partes envolvidas.
- Em verdade, o que consideramos inadequado é a utilização de órgãos governamentais para repudiar o exercício dos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros e às organizações estabelecidas no país, no caso, o acesso à justiça.

Quem é Breno Altman?

- Breno Altman, fundador do Opera Mundi, é um jornalista ativo nas redes sociais, crítico da Lava Jato e participante ativo de protestos contra Israel.
- Em 2016, foi conduzido coercitivamente, sendo considerado suspeito de facilitar a ligação entre o Partido dos Trabalhadores e o empresário Ronan Maria Pinto, que foi condenado por participação em esquemas de corrupção no sistema de transporte público de Santo André (SP), durante a administração do prefeito Celso Daniel (PT).

- Embora se [autodenomine uma mídia independente](#), o Opera Mundi recebeu financiamento do governo do Partido dos Trabalhadores, especialmente durante a gestão de Dilma Rousseff.
- Naquela época, fazia parte do que ficou conhecido como “blogosfera progressista”, junto com outros veículos como Carta Maior e Conversa Fiada. Segundo a jornalista Conceição Lemes do Observatório da Imprensa, esses veículos receberam [um total de R\\$ 2,13 milhões em verbas publicitárias do governo federal em 2012](#).

2 POLÍTICA

Com Lula, Brasil despenca em ranking internacional sobre corrupção

País cai dez posições em estudo mundial que avalia a percepção de empresários e especialistas sobre o nível de corrupção nos governos

Síntese

- Segundo a ONG Transparência Internacional, o Brasil caiu 10 posições em seu Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2023 durante o primeiro ano do governo Lula.
- A CGU, a cúpula do PT e o Planalto expressaram insatisfação com o resultado e atacaram a entidade, questionando a metodologia e a sua credibilidade, apesar de já terem feito uso dos dados do relatório para criticar governos anteriores, enquanto opositores.



- O resultado é corroborado por outros indicadores internacionais do gênero, como o Corruption Risk, mantido em colaboração pelo *European Research Centre for Anti-Corruption and State-Building (ERCAS)*, o *Anti-Corruption & Governance Center (ACGC)* e o *Center for International Private Enterprise (CIPE)*.

Contextualização

- A ONG Transparência Internacional divulgou relatório sobre a percepção de corrupção em nível global, revelando que o Brasil experimentou uma queda significativa em sua posição em comparação com o ano anterior de 2022.
- Calculado anualmente, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) reúne dados de percepções de empresários e especialistas sobre o nível de corrupção no setor público de cada país.
- Segundo relatório “[Corruption Perception Index 2023](#)”, o Brasil perdeu 10 posições. Dentre as razões apontadas no relatório “[Retrospectiva Brasil - 2023](#)” estão a falha do governo Lula no restabelecimento dos mecanismos de controle à corrupção, a ausência de compromissos para avanço da transparência e disfuncionalidades no sistema de justiça do país.
- O relatório critica as indicações realizadas pelo presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal, com destaque para Cristiano Zanin e Flávio Dino, por serem nomes politicamente ligados à presidência. Repreende ainda a revisão de acordos de leniência realizada por Dias Toffoli, considerando a existência de conflitos de interesse em razão da representação judicial de réus pela esposa do ministro.
- O resultado contrariou representantes da Controladoria-Geral da União (CGU), da cúpula do PT e do Planalto. A CGU emitiu uma nota questionando a metodologia da organização, considerando os apontamentos limitados.

“

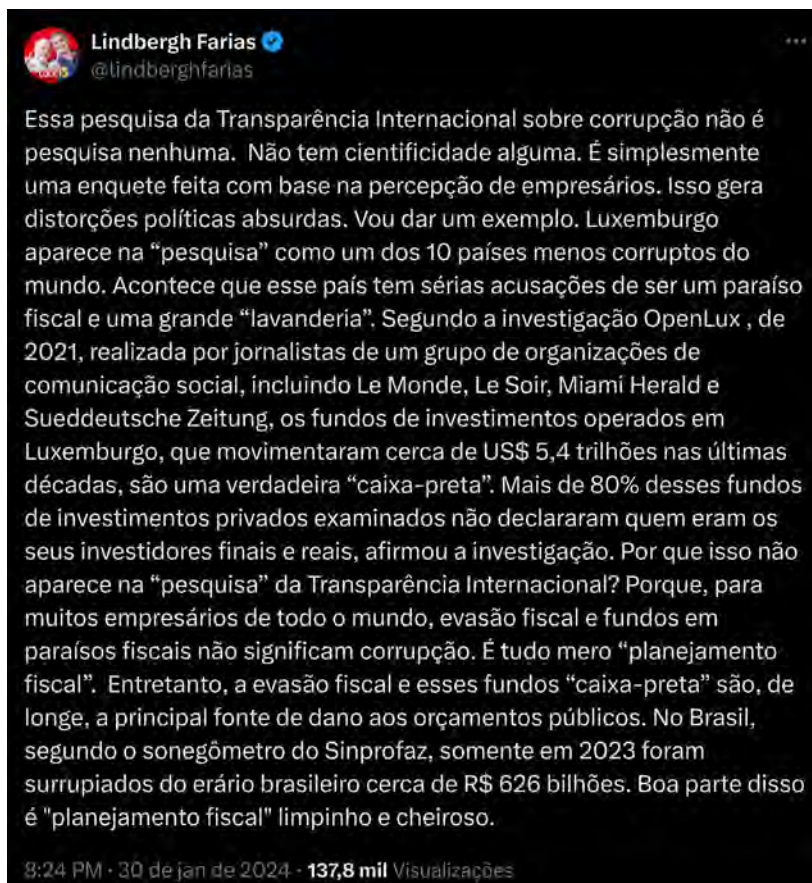
Há de ressaltar, no entanto, que estudos internacionais discutem as limitações metodológicas de índices baseados em percepção, por isso seus resultados devem ser vistos com cautela. Diversos organismos internacionais - entre eles ONU, G20 e OCDE - têm discutido a elaboração de novas medidas sobre o tema. A corrupção é um fenômeno complexo e nenhum indicador consegue medir todos os seus aspectos”.

[CGU, em Nota à Imprensa.](#)

- Gleise Hoffmann, presidente nacional do PT, e o deputado federal Lindbergh Farias, ambos membros da cúpula do partido, criticaram vigorosamente a ONG e os resultados da pesquisa, acusando a entidade de promover a desinformação sobre os governos do PT.



[Gleise Hoffmann, deputada federal e presidente nacional do PT.](#)



[Lindbergh Farias, deputado federal.](#)

- O relatório também desagradou ministros palacianos. Para Flávio Dino, ministro da Justiça, o combate à corrupção foi ampliado no Governo Lula, todavia, não apresentou dados para embasar a afirmação. Por sua vez, Paulo Pimenta, ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, questionou a imparcialidade da ONG, que segundo ele apoiou o impeachment de Dilma e a prisão de Lula.



Ontem, com espanto, eu vi um atípico e anômalo relatório dizendo que a corrupção no Brasil tinha aumentado, com afirmações bastante exóticas [...]”.

Flávio Dino, ministro da Justiça, pelo veículo Agência Brasil.



Será que uma ONG que claramente optou em apoiar o impeachment contra a presidente Dilma, apoiar a prisão e a perseguição ao presidente Lula -que foram anuladas pelo STF- tem a isenção necessária para emitir esse tipo de julgamento?”.

Paulo Pimenta, ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, pelo veículo Poder 360.

- Observamos que o PT parece ter mudado completamente sua postura em relação à ONG. Antes, membros do partido como Pimenta e Alexandre Padilha usavam o estudo da ONG para atacar os governos de Temer e Bolsonaro, enquanto opositores.
- De acordo com levantamento realizado pelo veículo Poder 360, Pimenta, em particular, fez uso do ranking em três ocasiões nas redes sociais: em 2017, para criticar Temer; em 2020, rotulou Bolsonaro como “o menos transparente”; em 2022, culpou a família Bolsonaro pela queda do país no estudo.
- Além disso, outro indicador global de corrupção também aponta para problemas decorrentes da reversão de decisões judiciais contra corrupção no Brasil, corroborando com o achado da ONG Transparência Internacional.
- É o caso do Corruption Risk Forecast, mantido em colaboração pelo *European Research Centre for Anti-Corruption and State-Building (ERCAS)*, o *Anti-Corruption & Governance Center (ACGC)* e o *Center for International Private Enterprise (CIPE)*.
- De acordo com as entidades, o Brasil teve uma redução significativa no indicador “Independência do Judiciário”, caindo de 5,13 para 4,45 no ano de 2023.

“[...] A suspensão de sentenças finais sobre corrupção representa um retrocesso na luta contra a corrupção e o Estado de Direito”.

Brazil's Corruption Forecast. Corruption Risk.

- Ato contínuo, o ministro do STF, Dias Toffoli, ordenou uma investigação sobre a possível gestão de recursos públicos pela Transparência Internacional, provenientes de multas pagas por empresas que confessaram corrupção na Lava Jato. Um dos acordos em questão é o da J&F, que deveria pagar mais de R\$ 10 bilhões, mas teve seu pagamento suspenso por Toffoli em dezembro passado.
- De sua parte, a ONG Transparência Internacional nega categoricamente ter recebido qualquer recurso do acordo de leniência do grupo J&F ou de qualquer outro acordo dessa natureza no Brasil, enfatizando que não teve envolvimento na gestão desses recursos e que as alegações contra a organização foram desmentidas repetidamente por autoridades brasileiras.

“A Transparência Internacional jamais recebeu ou receberia, direta ou indiretamente, qualquer recurso do acordo de leniência do grupo J&F ou de qualquer acordo de leniência no Brasil. A organização tampouco teria – e jamais pleiteou – qualquer papel de gestão de tais recursos. Através de acordos formais e públicos, que vedavam explicitamente o repasse de recursos à organização, a Transparência Internacional – Brasil produziu e apresentou estudo técnico com princípios, diretrizes e melhores práticas de transparência e governança para a destinação de “recursos compensatórios” (multas e recuperação de ativos) em casos de corrupção. O relatório incluía recomendação de que o Ministério Público não deveria ter envolvimento na gestão destes recursos. O estudo e as recomendações não tiveram e não têm qualquer caráter vinculante ou decisório. O Memorando de Entendimento que estabeleceu esta cooperação expirou em dezembro de 2019 e não foi renovado, encerrando qualquer participação da Transparência Internacional. Tais alegações já foram desmentidas diversas vezes pela própria Transparência Internacional e por autoridades brasileiras, inclusive pelo Ministério Público Federal. Apesar disso, estas fake news vêm sendo utilizadas há quase cinco anos em graves e crescentes campanhas de difamação e assédio à organização”.

Nota Pública em resposta à decisão do Min. Dias Toffoli.

- A decisão de Toffoli teve repercussão negativa no cenário nacional e internacional. De acordo com o [veículo G1](#), parte do governo Lula e alguns ministros do STF consideram um equívoco a associação feita pelo ministro Dias Toffoli entre a investigação da ONG Transparência Internacional e a anulação da multa bilionária da J&F na Lava Jato.
- O *Financial Times* relatou que a medida de Toffoli veio após críticas da ONG sediada em Berlim aos esforços anticorrupção do Brasil e ao ressurgimento do senso de impunidade no país.

“Um juiz do Supremo Tribunal Federal do Brasil ordenou uma investigação sobre a Transparência Internacional, dias após o órgão sediado em Berlim criticar os esforços anticorrupção do país e o ressurgimento do senso de impunidade.

Essa é a ação mais recente do ministro Dias Toffoli, que nos últimos meses tem buscado desfazer o legado da longa investigação anticorrupção conhecida como Lava Jato, uma operação com mais de sete anos e que expôs uma cultura de suborno no Brasil.

Na semana passada, Toffoli - ex-advogado do Partido dos Trabalhadores - suspendeu uma multa milionária imposta ao grupo de construção Novonor, antes conhecido como Odebrecht, por seu papel no escândalo de corrupção.

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos chamou-o de o maior caso de suborno da história. Bilhões de dólares foram eventualmente recuperados e sentenças totalizando mais de 2.200 anos foram dadas a 165 brasileiros proeminentes, embora apenas uma fração desses anos tenha sido cumprida.

As ações levantaram preocupações entre ativistas anticorrupção, incluindo a ONG Transparência Internacional, que rebaixou o Brasil em 10 posições em seu índice anual de Percepção da Corrupção. O país latino-americano foi classificado em 104º lugar entre 180 países”.

[Financial Times \(tradução nossa\).](#)

Da mesma forma, a [Agence France Presse \(AFP\)](#) mencionou que a investigação de Toffoli está relacionada a supostos desvios de verbas ligadas a multas pagas pela holding J&F na operação “Lava Jato”, embora a ONG tenha refutado tais acusações em outros momentos e atribui a decisão como parte de uma campanha de difamação.

Governo Lula aumenta endividamento do país com incentivos ilimitados para empresários amigos

Política petista compromete competitividade e modernização de indústrias brasileiras, criando um verdadeiro poço sem fundo

- No dia 07/02, o presidente Lula afirmou:

“

Tem gente que não precisa do Estado, mas tem muita gente que precisa, e é para essa gente que o Estado precisa existir. O Estado tem obrigação de garantir oportunidade para que todas as pessoas possam vencer na vida. Esse é o papel do Estado. Não é atender os mega empresários que, cada vez que vão à Presidência, só querem saber de pedir bilhões e bilhões”.

Ricardo Stuckert



- Observando o histórico do PT com “mega empresários”, é de surpreender que essa seja a visão do atual governo, já que a gestão petista, sempre que possível, fez questão de atender os pedidos de “bilhões e bilhões”.
- Não é difícil lembrar da política de campeões nacionais, que teve como um dos pilares dar “bilhões e bilhões” a pedido de mega empresários. Ainda assim, não precisamos voltar para o período Dilma para achar um direcionamento, direto e indireto, excessivo de recursos públicos ao setor privado.

Destacamos as seguintes políticas do atual governo:

- A Nova Indústria Brasil, que consumirá R\$ 300 bilhões em recursos a fundo perdido e a empréstimos subsidiados, inclusive com mudanças na TLP;
 - A política de conteúdo nacional e de margem de preferência, que redistribuirão bilhões para produtores nacionais;
 - Os benefícios às montadoras de carros elétricos, inclusive com adoção de imposto de importação sobre elétricos, e a inclusão de incentivos para as montadoras na reforma tributária;
 - A taxação de compras do exterior a partir de U\$ 50, para atender os produtores locais;
 - R\$ 19 bilhões de incentivo para as empresas no programa Mover;
 - Programa de Depreciação Acelerada a um custo de R\$ 3,4 bilhões;
 - Mais uma tentativa de resgate da indústria naval, que consumirá mais de R\$ 2 bilhões.
 - As renúncias fiscais, que somam mais de R\$ 520 bilhões no orçamento de 2024;
 - R\$ 1,8 bilhão para o programa de aquisição de carros em 2023;
- Com esses exemplos, acredita-se que a fala seja muito mais um ataque à desoneração da folha do que uma verdadeira crença de que o Estado deveria focar em serviços públicos de qualidade.
 - Alertamos que a política da atual gestão incentiva justamente esses pedidos que o presidente parece criticar. Com a expansão do BNDES, do papel dos bancos públicos, dos gastos das estatais, do aumento dos subsídios e da proteção do governo, o esperado é que cada vez mais se busque o Estado para se obter mais benefícios.



Lula usa máquina pública para recrutar figurantes e maquiar baixa popularidade em eventos

Em um dos casos, que é alvo de investigação do MP, servidores de prefeitura do RJ teriam sido coagidos a engrossar claque petista

A pretensão do presidente Lula de realizar uma série de viagens pelo Brasil, diante do pleito municipal que se aproxima, já tem demonstrado como o aparato da máquina pública deverá servir para fins nada democráticos.

Alegando grande fluxo de veículos e pessoas na cidade, o prefeito de Belford Roxo, Waguiinho Carneiro (Republicanos), uma das dez maiores cidades do Rio de Janeiro,

[decretou ponto facultativo municipal](#) no último dia 6 em razão da presença de Lula para a inauguração de obras. Porém, o que chamou a atenção foi o fato de que, **além de deixar a população da cidade sem a devida prestação de serviços públicos (atendimento na rede básica de saúde e nos CRAS, por exemplo), a movimentação de veículos e pessoas se deu em razão do deslocamento de ônibus fretados com servidores públicos para fazer figuração nos eventos, com direito a uso de bonés, camisetas e faixas de apoio ao presidente Lula, [segundo matéria divulgada pelo Metrôpoles](#)**. Fato, inclusive, denunciado por servidores da prefeitura que alegam ter sido coagidos a participarem dos eventos, [conforme matéria divulgada pelo RJTV2](#), gerando um inquérito pelo Ministério Público do RJ.



O Globo

As obras em questão foram a inauguração de uma escola de [ensino fundamental anos iniciais](#), que levará o nome do neto do Lula, morto em 2019, e atos marcando o início das obras da nova sede do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, com investimento de R\$ 15 milhões e previsão de entrega em 2025, e de um hospital oncológico, com investimento de R\$ 40 milhões.

Ainda no Rio de Janeiro, Lula chegou a externalizar sua insatisfação com a baixa presença de populares no evento de lançamento de um instituto federal no Complexo do Alemão, sob o argumento de falta de tempo para a organização. Chegou a afirmar que ***“(...) fui passar um corretivo no meu pessoal que vem na frente, que eu imaginava que a gente tivesse aí umas dez mil pessoas no Complexo do Alemão, num lugar muito aberto para a gente falar para o povo do Complexo do Alemão”***.

O mandatário costuma se autoproclamar como o presidente do povo, mas os eventos com sua presença têm demonstrado baixa adesão popular, evidenciando uma prática antiga do PT: angariar populares para as manifestações e eventos, criando a falsa impressão de popularidade e aceitação.

3 ECONOMIA

Omissão de diretores ligados ao PT pode gerar rombo de R\$ 3,5 bi em fundos de pensão da Petrobras e da Caixa

Fundos deverão ser diretamente afetados por decisão do STF que suspendeu multa prevista no acordo de leniência da J&F

Síntese

- O ministro Dias Toffoli do STF suspendeu temporariamente o pagamento da multa de R\$ 10,3 bilhões do acordo de leniência da J&F após a empresa alegar irregularidades nas mensagens obtidas durante a Operação Spoofing.
- A suspensão dos pagamentos tem impacto direto sobre os fundos de pensão, notadamente a Funcef e a Petros, as quais enfrentam déficits substanciais decorrentes de gestões anteriores indicadas pelo PT.
- Em meio à expectativa de suspensão das compensações acordadas com a J&F, as diretorias atuais da Funcef e da Petros têm sido criticadas pela inércia e por comportamentos evasivos em relação ao julgamento, gerando questionamentos sobre sua transparência e imparcialidade.



Contextualização

- O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), [suspendeu temporariamente o pagamento da multa de R\\$ 10,3 bilhões do acordo de leniência da J&F](#), em resposta a um pedido da empresa que alega ter encontrado evidências de irregularidades nas mensagens obtidas na Operação Spoofing.
- Essa operação investiga a ação de hackers que vazaram conversas de autoridades ligadas à Lava Jato. Toffoli afirmou que há dúvidas sobre a voluntariedade da empresa ao fechar o acordo, considerando possíveis irregularidades nas relações entre juízes e procuradores, o que justificaria a suspensão dos pagamentos.
- A atuação do ministro do STF Dias Toffoli em um caso envolvendo a J&F, empresa cuja esposa é advogada, levanta [questões sobre a imparcialidade da corte, segundo especialistas. Toffoli, apesar do vínculo familiar](#), pôde julgar o caso após o STF declarar inconstitucional um artigo que proibia magistrados de atuarem em processos nos quais seus cônjuges representavam uma das partes.
- [Essa mudança foi criticada pela PGR e AGU, que a consideravam essencial para garantir a imparcialidade](#). A esposa de Toffoli, Roberta Rangel, representa o grupo J&F em um litígio envolvendo a Eldorado Celulose.
- [De acordo com o empresário Joesley Batista em seu depoimento ao Ministério Público Federal](#), os investimentos dos fundos de pensão nos negócios do grupo J&F, incluindo o frigorífico JBS, teriam envolvido o pagamento de propina a executivos dos fundos e ao Partido dos Trabalhadores. Esses investimentos foram investigados pela Operação Greenfield e deram origem ao acordo de leniência ora questionado.
- Nesse cenário, avaliamos a inércia dos fundos de pensão, os quais constam dentre os maiores prejudicados pela decisão do STF.



Análise

- A proposta de revisão do acordo de leniência da J&F resultaria em um prejuízo de R\$ 3,5 bilhões para os fundos de pensão dos trabalhadores da Petrobras e da Caixa (R\$ 1,75 bilhões cada).
- Essas restituições são essenciais para restaurar o equilíbrio financeiro dos planos de aposentadoria, que estão em déficit nas fundações.
- No caso da Funcef, a divisão da conta do déficit se deu entre a Caixa, sua patrocinadora, e os aposentados do banco. Até o final de 2023, o fundo enfrentava um passivo de aproximadamente R\$ 8 bilhões, parte da qual estava sendo coberta pela J&F como parte do acordo de leniência, comprometendo-se a transferir R\$ 1,75 bilhão para a Funcef.
- **No entanto, a suspensão do acordo pela decisão de Toffoli no mês passado interrompeu os pagamentos à Funcef e, possivelmente, forçará a devolução dos R\$ 133 milhões já repassados ao fundo.**
- De acordo com [nota publicada](#), a Funcef informa que “espera contar com o reconhecimento da legalidade do acordo pactuado, posto que voltar atrás significa retrocesso em desfavor das partes, no caso da FUNCEF, de mais de 140 mil participantes ativos e assistidos”.
- No momento, a Caixa Econômica estuda [quitar a sua parte da dívida para reduzir o peso](#) sobre aposentados e pensionistas. Entendemos que a indicação é meritória, dada a responsabilidade da administração da entidade na promoção de investimentos deficitários por meio do fundo de pensão associado.
- Contudo, é imperativo não olvidar a prerrogativa inalienável de buscar a reparação dos danos oriundos das aplicações financeiras realizadas em favor dos interesses do conglomerado J&F. Logo, cabe exigir da entidade envolvida, a Funcef, sua diligência por meio dos mecanismos judiciais para salvaguardar os interesses tanto da patrocinadora quanto dos beneficiários da instituição.
- O déficit atual da Petros [ultrapassa R\\$ 30 bilhões](#), colocando-a diante da urgência de lidar com déficits bilionários de gestões indicadas pelo PT.



- Entre 2013 e 2015, o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) acumulou déficits, levando o fundo a elaborar um plano de equacionamento que envolve contribuições adicionais dos participantes. [Em 2019 e 2022, foram apresentados novos planos para contingenciar os déficits](#), com a previsão da redução de benefícios oferecidos aos participantes.
- Diante deste panorama desafiador, seria esperado que o fundo fosse mais proativo na busca por compensações a serem exigidas daqueles que o prejudicaram. De acordo com [nota publicada](#), a Petros afirma que “como beneficiária do acordo, segue adotando todas as medidas cabíveis para garantir os direitos da Fundação e de seus participantes.”
- Contudo, tanto [veículos de comunicação](#) quanto participantes dos fundos têm relatado comportamentos evasivos por parte das diretorias da Funcef e da Petros. Quando solicitados a fornecer esclarecimentos sobre a conduta a ser adotada diante do julgamento envolvendo a J&F, respondem de forma genérica, adotando uma postura condescendente que predomina no governo Lula com empresas delatadas durante a Operação Lava Jato.
- A conduta também é compatível com o revisionismo histórico que o governo Lula vêm adotando, caracterizado pela negação das evidências e dos acordos estabelecidos pela Operação Lava Jato.
- Ademais, devemos nos atentar para as indicações políticas nas presidências dos fundos de pensão supramencionados, que podem desencadear influências indevidas na gestão dos fundos, tal como ocorreu em gestões petistas anteriores.
- Em 2023, Ricardo Pontes assumiu a diretoria da Funcef e possui [relação de longa data](#) com o senador e ex-governador do Piauí, Wellington Dias. O último presidente da Funcef ligado ao senador Wellington Dias, [Carlos Alberto Caser](#), foi investigado pela Operação Greenfield, revelando um esquema de corrupção que resultou em perdas de [R\\$ 20 bilhões para a Funcef](#), destacando-se o investimento na empresa Sete Brasil que gerou um rombo de R\$ 1,38 bilhões.





- [Henrique Jäger](#), economista [filiado ao PT](#), assumiu a Petros em julho de 2023, [com apoio sindical](#). Inicialmente, a sua indicação havia sido questionada pela influência exercida pela patrocinadora em sua indicação, pois o [estatuto da entidade](#) veda expressamente esse tipo de influência no processo seletivo. Consta que Henrique Jäger [não estava inicialmente na lista de candidatos preparada pela empresa responsável pela seleção](#), reforçando a suspeita de interferência da Petrobras no processo para escolha da presidência na Petros.
- Lembremos também que [Jäger esteve na gestão da Petros](#) em sua maior crise econômica e foi ouvido pela CPI dos Fundos de Pensão, defendendo os investimentos na Sete Brasil, empresa envolvida em escândalos de corrupção e, atualmente, em recuperação judicial.



TCU vê risco de prejuízo de R\$ 500 milhões e barra operação da Petrobras para compra de fertilizantes

Contrato garantiu a retomada das atividades de duas fábricas da estatal que foram arrendadas para empresa deficitária

Síntese

- As Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) da Bahia e Sergipe, de propriedade da Petrobras, foram arrendadas para o Grupo Unigel em 2019.
- Após resultados positivos em 2021 e 2022, as fábricas foram paralisadas pela Unigel por apresentarem resultados operacionais negativos em 2023.
- O endividamento do grupo Unigel atingiu cerca de R\$ 4,2 bilhões e, nesse contexto, a organização negociou um novo contrato com a Petrobras no qual a petrolífera assume o ônus da produção de fertilizantes com déficit estimado de R\$ 487,1 milhões em oito meses de contrato.

- A análise inicial do TCU suspendeu a execução do contrato e questionou a Petrobras por assumir perdas financeiras consideráveis sem justificativa plausível.

Contextualização

- As fábricas de fertilizantes nitrogenados (FAFEN) de Camaçari/BA e de Laranjeiras/SE começaram a operar em 2013, com capacidade para atender 14% da demanda nacional da uréia. Produzida a partir de gás natural, a ureia é um fertilizante que fornece nitrogênio para as plantas e também é utilizada como fonte de proteína bruta na alimentação de animais ruminantes.
- No período compreendido entre 2013 e 2017, as fábricas tiveram resultados predominantemente deficitários, principalmente, porque o alto custo do GNL nacional prejudicava a competitividade em relação aos fertilizantes importados. [Em 2017, o prejuízo total da Petrobras com as FAFENs foi de R\\$ 800 milhões](#). Em março de 2018, a Petrobras decidiu descontinuar suas atividades de produção de fertilizantes, colocando as [FAFENs da Bahia e Sergipe em hibernação](#).
- No final de 2019, a Petrobras arrendou as fábricas para a empresa Proquigel Química S.A. (Proquigel), do Grupo Unigel, por 10 anos, prorrogáveis por igual período, por R\$ 177 milhões. A arrendatária concordou em pagar mensalmente R\$ 800 mil pela fábrica de Camaçari/BA e R\$ 675 mil pela de Laranjeiras/SE. [A transferência oficial ocorreu em agosto de 2020](#).
- O segmento Agro da Unigel foi crucial para seus resultados em [2021](#) e [2022](#), alcançando recordes, impulsionado pela escassez de gás natural e fertilizantes devido à Guerra Rússia-Ucrânia. No entanto, em 2023, a normalização da cadeia de suprimentos resultou em resultados deficitários devido à queda nos preços internacionais dos produtos e ao aumento dos preços do gás natural no Brasil.
- Nesse novo contexto, as [FAFENs foram paralisadas em maio para estancar os prejuízos](#) e, no mesmo período, a Petrobras iniciou as discussões para celebrar contrato de industrialização por encomenda (*tolling*) com a empresa Unigel. De acordo com a Petrobras, isso seria parte da estratégia de retomar a produção de fertilizantes e produtos petroquímicos.
- [Em 14 de dezembro de 2023, a Unigel obteve uma proteção judicial](#) para evitar a execução de dívidas que somam R\$ 4,2 bilhões.

- [Em 29 de dezembro de 2023, a Petrobras assinou um acordo com a Unigel](#), no qual a Petrobras mantém o arrendamento das fábricas para o grupo, conforme contrato estabelecido em 2019, enquanto contrata a empresa para operar a produção de fertilizantes por oito meses.
- Em outras palavras, a Petrobras assumirá o papel de fornecedora de gás e receptora de fertilizantes, encarando os custos de uma operação deficitária de quase meio bilhão de reais ao longo de oito meses.
- Análise preliminar do Tribunal de Contas da União [sugere que esse valor pode estar subestimado](#) e que a contratação apresenta vícios do ponto de vista de *compliance* corporativo e como alternativa de investimento.

Análise

- Primeiramente, não está claro o motivo pelo qual a Petrobras resolveu assumir a responsabilidade operacional e o risco do negócio que são da arrendatária, a Unigel. Lembremos que a Petrobras atualmente está duplamente amparada, com receitas provenientes do contrato de arrendamento e do contrato de *ship or pay*.¹
- Em segundo lugar, não está evidente por que a Petrobras optou por um empreendimento economicamente inviável.
- A Unigel reconheceu o problema financeiro em seus Releases de Resultados de 2023 e optou por hibernar a operação das FAFENs, em que pese a manutenção dos demais custos operacionais.

“

O EBITDA Ajustado consolidado da Unigel ficou negativo em R\$ 127 milhões nos 6M23. Esse baixo resultado é explicado principalmente pela **performance do segmento Agro, que apresentou resultado negativo de R\$ 179 milhões**, devido à queda abrupta dos preços internacionais dos principais produtos, combinada com um preço de gás natural mais elevado comparativamente a outros players do mercado global”.

[Release de Resultados Unigel - 2T2023.](#)

¹ De acordo com esse contrato, a Unigel se compromete a comprar gás natural da Petrobras e da Shell, independentemente de haver produção nas FAFENs.

“No Agro, ambas as plantas foram paralisadas nos meses de junho e de agosto, atualmente, apenas a planta de Sergipe está operando, focada na produção de ureia premium e amônia”.

Release de Resultados Unigel - 3T2023.

- Portanto, nos parece impróprio transferir o ônus do negócio para a Petrobras em um momento de baixa do mercado. Seria uma forma de transferir o prejuízo da Unigel para os acionistas da Petrobras, que incluem o próprio governo e milhares de aposentados e pensionistas no Brasil.
- A própria Petrobras reconheceu a inviabilidade econômica do negócio, ao estimar uma perda de quase meio bilhão nos oito meses de operação contratados.
- De acordo com a análise técnica apresentada pela Petrobras, o contrato de *tolling* (Alternativa I) deverá causar um prejuízo estimado de R\$ 487,1 milhões, enquanto as alternativas de retomar ambas as plantas (Alternativa II) ou não realizar o contrato de *tolling* (Alternativa III) acarretariam prejuízos ainda maiores, de R\$ 1,23 bilhão e R\$ 542,8 milhões, respectivamente.

Quadro comparativo das alternativas

VPL (R\$ MM)	Tolling	PBR retoma planta	Ñ Tolling e Ñ retoma ⁽¹⁾
VPL determinístico	R\$ -263,8 MM	R\$ -64,7 MM	R\$ 21,0 MM
VME da AQR (sem risco de greve)	R\$ -482,5 MM	R\$ -1.172,5 MM	R\$ -455,7 MM
VME da AQR (0% de impacto no FUT, baseado no histórico - período 2000-2023)	R\$ -487,1 MM	R\$ -1.233,3 MM	R\$ -542,8 MM
VME da AQR + risco de greve (~1% de impacto no FUT, baseada em histórico - período 1990-2023)	R\$ -491,3 MM	R\$ -1.290,3 MM	R\$ -628,8 MM
VME da AQR + risco de greve (~2% de impacto no FUT, baseada na realidade operacional indicada pelo Refino e TR)	R\$ -501,5 MM	R\$ -1.425,6 MM	R\$ -833,0 MM

Fonte: [TCU](#).²

² Valor Monetário Esperado (VME) e Valor Presente Líquido (VPL): a VME é que estima a média dos resultados quando o futuro comporta uma variedade de cenários possíveis, cada um com sua própria probabilidade de ocorrência. A VPL é uma técnica econômico-financeira que calcula o valor atual de pagamentos futuros, levando em consideração uma taxa de juros específica, e subtraindo o custo do investimento inicial.

- De fato, não parece fazer sentido a Alternativa II, que seria a retomada das fábricas arrendadas (custo de R\$1,23 bilhão), considerando a existência de contratos que beneficiam a Petrobras, enquanto credora.
- Entretanto, a Alternativa III de não firmar o contrato de *tolling* parece ser a mais vantajosa, considerando a existência de contratos que beneficiam a petrolífera e devem ser cumpridos pela Unigel.³ Além disso, a análise preliminar do TCU indica que a Petrobras inflou seus custos da Alternativa III, possivelmente para justificar um novo contrato com a Unigel, incluindo estimativas de riscos sem fundamentos, como uma eventual greve geral na Petrobras motivada pela demissão em massa dos funcionários da Unigel, apesar de não haver qualquer vínculo entre os funcionários das empresas.

“14. Portanto, se depreende que, se a comparação entre os três cenários fosse feita em um horizonte de tempo maior, as conclusões seriam bem diferentes, tornando-se o *tolling* mais oneroso. A Petrobras optou por uma solução provisória, enquanto as demais soluções seriam perenes, de forma que ao final dos oito meses terá que novamente reavaliar a questão, tendo que escolher entre prolongar indefinidamente o contrato de *tolling*, o que poderia ocasionar prejuízos ainda maiores do que qualquer outra solução definitiva.

17. *É no mínimo estranha a hipótese utilizada para justificar a contratação do tolling, aventando a possibilidade de que demissões privadas, ocorridas no âmbito do Grupo Unigel, possam desencadear movimentos grevistas no âmbito da Petrobras, sem que haja qualquer tipo de ligação entre esses funcionários privados e a estatal.*

20. O risco considerado distorceu completamente o resultado da análise econômica das alternativas, pois o valor monetário esperado do *tolling* ficou menos deficitário do que o das outras duas alternativas. Não fosse isso, o valor presente líquido (VPL) determinístico da terceira alternativa (não fazer o *tolling* e não retomar as unidades arrendadas) seria superior”.

[Despacho TCU, Ministro Benjamin Zymler.](#)

³ A saber, arrendamento das fábricas e *ship or pay*.

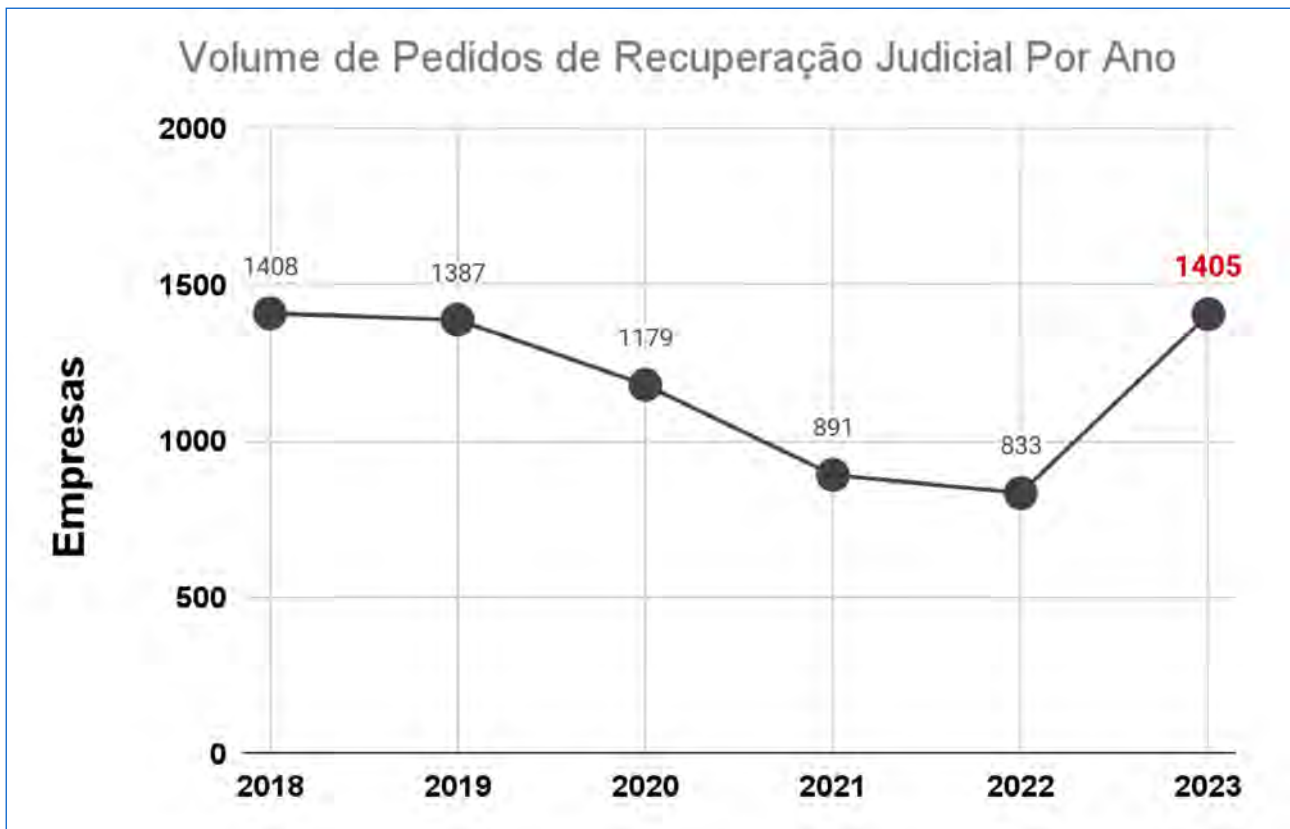
- Existem outros riscos ainda não avaliados, como uma eventual recuperação judicial do Grupo Unigel, o qual apresenta classificações de risco de inadimplência por parte das agências [Fitch Ratings](#) e [S&P Global Ratings](#). Isso aumentaria significativamente a complexidade do negócio proposto para a Petrobras.
- Por fim, o acordo firmado apresenta ainda problemas de governança, pois a decisão de contratação foi aprovada por apenas um diretor e um gerente executivo subordinado a este, sem envolvimento das demais instâncias superiores da Petrobras. Nesse sentido, estaria em desacordo com as políticas de contratação previstas nas normas de governança da companhia.

Lula amarga número recorde de empresas com pedidos de recuperação judicial

Foram 1.405 pedidos no primeiro ano da nova gestão petista, um aumento de quase 70% em relação a 2022

- O primeiro ano de governo Lula foi marcado por outro recorde ruim: o maior número de empresas entrando em recuperação judicial desde a pandemia.
- Foram 1.405 pedidos, um aumento de 68,7% com relação a 2022. Com isso, o 4º trimestre de 2023 encerrou com 4.045 processos de recuperação judicial, como indica o [Monitor RGF da Recuperação Judicial](#). O total exclui microempresas e filiais, indicando que o número é ainda maior se considerarmos o universo de empresas do país.





- Empresas bastante conhecidas entre os brasileiros compõem esses números. Citamos, como exemplos: M.Officer, Southrock Capital (dona do Subway, Starbucks, Eataly), Marisa, 123 Milhas, Americanas, Light e Oi. São milhares de empregos em risco.
- Dados da Serasa Experian de outubro do ano passado mostram que as empresas acumulam mais de R\$ 125 bilhões em dívidas. Mais de 6,6 milhões de empresas estavam inadimplentes no período. Isso explica o aumento também no número de falências, que alcançou 983 empresas - um aumento de 13,5%.
- Esse cenário pode indicar que o número de recuperações judiciais ainda não chegou ao seu teto, mesmo com a queda recente dos juros e da inflação.
- Destacamos que a queda da taxa básica de juros não é condição suficiente para a reversão do cenário. Um bom ambiente de negócios e reformas econômicas - pontos atacados diariamente no governo atual - são essenciais para a sobrevivência e saúde das empresas.



TRABALHISTA

Sob iminência de derrota no STF, governo do PT pressiona Judiciário a manter no limbo relação entre motoristas e aplicativos

Planalto tenta, a qualquer custo, burocratizar trabalho prestado por condutores, ameaçando milhões de empregos no país

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o julgamento sobre a possibilidade de vínculo empregatício entre as empresas de mobilidade através de aplicativos e motoristas. O tema estava pautado para a última quinta-feira, 08 de fevereiro de 2024.



Este seria o primeiro julgamento sobre o assunto no plenário da Suprema Corte, o da chamada “uberização”, as decisões anteriores foram apenas das turmas do trabalho ou monocráticas.

Quanto ao tema, o governo Lula instituiu, no último dia 01 de maio, grupo de trabalho para discutir a regulamentação do trabalho por aplicativo com representantes dos motoristas e das empresas, porém até o momento não houve qualquer consenso, isso porque o governo tenta a qualquer custo forçar a existência de vínculo trabalhista entre os motoristas e aplicativos, quando na verdade não existem requisitos suficientes para caracterização da relação.

Devido a controvérsia da matéria, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu uniformizar a matéria, já explanando críticas à justiça do trabalho por decisões favoráveis ao vínculo de emprego.

O Ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, vê motoristas de aplicativos como microempreendedores, já que os profissionais podem recusar ou aceitar corridas, definir horários de trabalho e ter um vínculo empregatício.

O Ministro Cristiano Zanin afirmou que não se trata de uma relação trabalhista típica de trabalho, mas que pode exigir regulamentação própria.

Com a provável decisão do Supremo Tribunal (STF), favorável à liberdade dos trabalhadores por aplicativo, o governo Lula não economiza esforços para o adiamento do julgamento da matéria que, infelizmente, não possui nova previsão para julgamento.



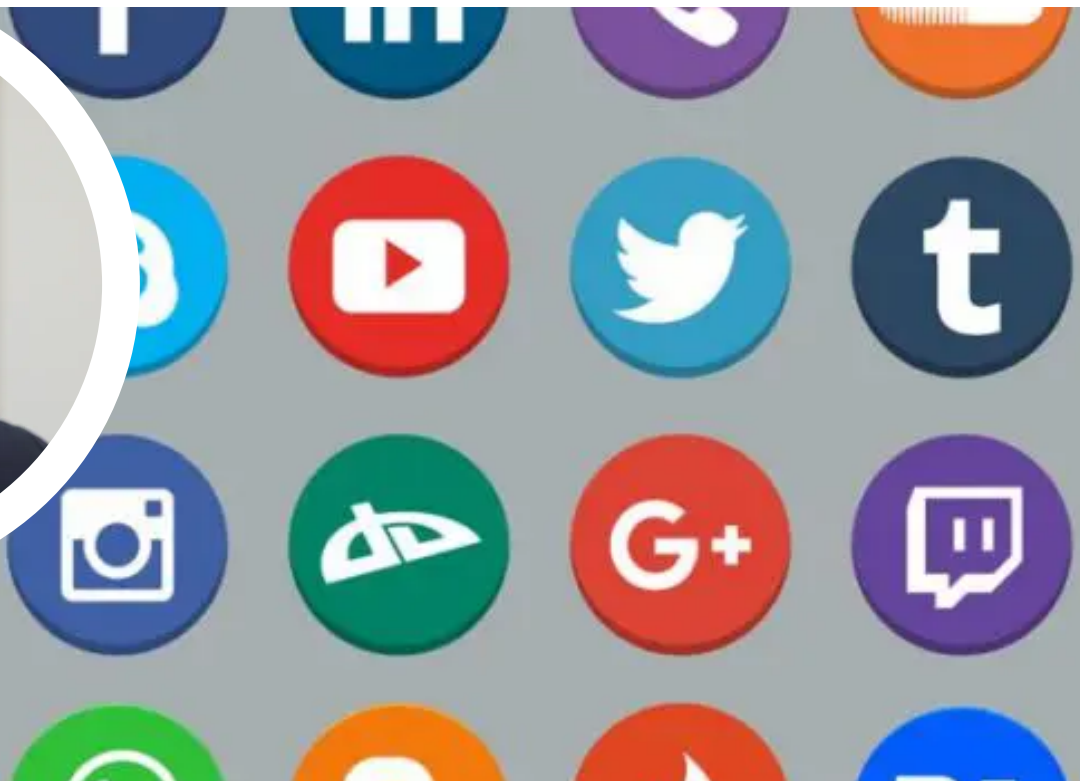
TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

Mais impostos: governo quer aumentar tributação de empresas de internet, repassando a conta para usuários

Sob o pretexto de financiar inclusão digital no Brasil, ministro propõe cobrança que deverá afetar preços de serviços de streaming, como Netflix e Amazon Prime

Síntese

- O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, propõe que o Congresso debata a taxação das big techs para financiar a inclusão digital no país.
- No entanto, é importante observar que o governo já dispõe de recursos consideráveis para essa finalidade, como é o caso do programa de acesso à internet em escolas públicas.



- Diante das controvérsias sobre a gestão desses recursos, incluindo desperdício de recursos com mordomias para executivos e falta de transparência, questiona-se a real necessidade de mais dotações e da capacidade do ministério de executar políticas dessa natureza de modo centralizado.
- Além disso, ao considerarmos uma nova taxa, é essencial entender que os custos serão repassados aos consumidores finais por meio de ajustes nos preços dos serviços prestados pelas *big techs*, impactando negativamente a população.

Contextualização

- O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, propõe que o Congresso debata a taxação das big techs para financiar a inclusão digital no país, separadamente dos projetos de regulamentação das redes sociais.
- Juscelino argumenta que essas empresas utilizam a infraestrutura nacional e devem contribuir financeiramente para levar internet aos mais necessitados, alegando que essa abordagem facilitaria o debate e a implementação da proposta.



Essas empresas usam a nossa infraestrutura e com um volume de dados altíssimo. O governo federal faz grandes investimentos para manter e ampliar a infraestrutura de telecomunicação do país. Então é justo que essas *big techs*, que faturam bilhões, deixem uma contribuição no Brasil”.

Juscelino Filho, ministro das Comunicações.

Análise

- Não obstante à nobre intenção do ministro das Comunicações sobre a instituição de nova taxação para o provimento de internet visando a inclusão digital, entendemos que o ministério deve primeiramente se organizar para dar execução aos recursos que dispõe para a realização desse mesmo fim.
- De acordo com a [Agência Gov](#), a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, que é o principal braço de inclusão digital do governo, possui cerca de R\$ 8,8 bilhões em recursos para serem gastos até 2026.
- São recursos provenientes de diversos fundos e programas estabelecidos para o propósito de difundir o acesso à internet, como o Fust, Aprender Conectado, Wi-Fi Brasil, recursos do Leilão 5G, entre outros.

- Convém mencionar que o governo Lula já dispõe de uma parte significativa desses recursos, mas apresenta diversos atrasos na execução das etapas programadas.
- Nesse contexto, reuniões têm sido marcadas pelas Casas do Congresso Nacional para que o governo esclareça as questões controversas sobre a execução da política de inclusão digital.
- Dentre os aspectos obscuros são mencionados os gastos elevados dos executivos encarregados da aplicação dos recursos, a contratações sem licitação de fornecedores exclusivos, os atrasos na instalação da banda larga em escolas sem internet ou com provimento precário, a falta de transparência nos dados sobre os gastos e execução do projeto de inclusão digital, entre outros.
- No entanto, o governo Lula continua sem explicar satisfatoriamente o estado atual do programa de inclusão digital, explanação que se torna mais urgente diante de evidenciada incapacidade de cumprir o cronograma de implementação.
- **Considerando que o Ministério das Comunicações já detém um montante de recursos significativo para efetivar uma política ampla de inclusão digital nas escolas públicas, porém ainda não o fez, seria plausível e justificada a solicitação por mais recursos?**
- Adicionalmente, ao ponderarmos sobre a necessidade de uma nova taxa, é imprescindível discernir quem arcará efetivamente com os custos desta.
- As *big techs* (ex. Google, Netflix, Amazon) envolvidas têm a capacidade de repassar esse ônus aos consumidores por meio de ajustes nas taxas de assinatura e nos serviços prestados.
- Desse modo, devemos analisar os impactos dessa medida sobre os cidadãos, que provavelmente serão os verdadeiros financiadores desse novo tributo proposto pelo Ministério das Comunicações. Em outras palavras, os serviços digitais populares, como Netflix e Amazon Prime, terão um aumento de preço para os consumidores finais para financiar a ineficiência do Ministério das Comunicações no Governo Lula.

6

SEGURANÇA PÚBLICA

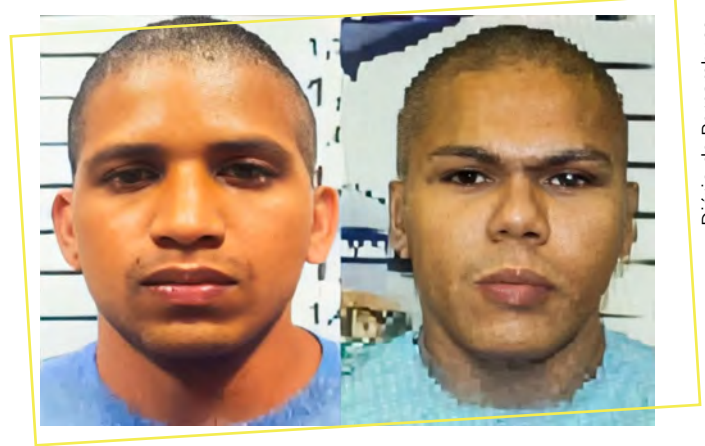
Sob governo do PT, Brasil registra, pela primeira na história, uma fuga de presos em uma penitenciária federal

Caso ocorreu em presídio de Mossoró (RN); fugitivos são ligados ao Comando Vermelho, facção liderada por Fernandinho Beira-Mar, que cumpre pena na mesma unidade

Duas semanas após assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o ministro Ricardo Lewandowski conseguiu o primeiro grande feito negativo à frente da pasta. Pela primeira vez na história, desde 2006, quando foi criado o Sistema Penitenciário Federal (SPF), foi registrada na madrugada da última quarta-feira (14/02) a fuga de dois presos da Penitenciária Federal de Mossoró (RN).



Os dois detentos que conseguiram fugir da penitenciária de segurança máxima fazem parte do Comando Vermelho (CV), mesma facção criminosa liderada por Fernandinho Beira-Mar, que também cumpre pena no mesmo presídio. Rogério Mendonça, vulgo Querubim e Deibson Nascimento, vulgo Tatu cumpriam pena em um presídio no Acre, e foram transferidos em 2023 para a penitenciária federal em Mossoró. Os dois fuggitivos somam 155 anos de pena de prisão por formação de quadrilha, tráfico de drogas, roubo, homicídio qualificado, violência doméstica e assaltos a mão armada. Ambos são conhecidos por serem encarregados por assassinatos de pessoas no “tribunal do crime” do CV no Estado do Acre.



Diário de Pernambuco

No dia seguinte à primeira fuga da história do SPF, o Secretário Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), André Garcia, afirmou em coletiva que “poderia classificar como crise no sistema prisional” o fato ocorrido na penitenciária em Mossoró. “Esse evento é inédito e, como disse, deve ser irreptível”. Após a fuga, o nível de segurança de todos os cinco presídios federais foi elevado. As visitas, banhos de sol, reuniões com advogados, atividades educacionais, laborais e religiosas foram suspensas. As visitas íntimas com contato físico já não eram permitidas nas unidades federais desde 2019.

O fato é gravíssimo e sem precedentes no SPF. Não existe possibilidade de fuga em presídios de segurança máxima como nos cinco presídios federais. Tais instalações prisionais existem há dezoito anos. Desfrutam de tecnologia de última geração, sem falar na questão da própria segurança interna com agentes penitenciários altamente capacitados, monitoramento 24/7 e todos os padrões de segurança possíveis. Nunca houve qualquer foco de rebelião dentro dessas cinco unidades federais. Ademais, são pelo menos oito barreiras de segurança para que um preso consiga materializar a fuga em um presídio de segurança máxima.

Vale lembrar que há onze meses atrás, Luciane Farias, esposa do faccionado Clemilson Farias, vulgo “Tio Patinhas” (líder do Comando Vermelho no Amazonas, condenado a 31 anos de pri-



Luciane Farias, esposa de líder do Comando Vermelho esteve no Ministério da Justiça em Novembro de 2023

são por associação para o tráfico, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa), esteve em dois encontros do MJ em um intervalo inferior de três meses. Luciane, que ganhou a alcunha de “dama do tráfico” foi condenada a dez anos de prisão por lavagem de dinheiro para o CV.

De acordo com a investigação da Polícia Civil do Amazonas, a “dama do tráfico” comandava a Associação Liberdade do Amazonas, ONG fundada em 2022 com o objetivo de “defender os direitos dos presos”. Ao fim da investigação, a Polícia Civil concluiu que a ONG lavava o dinheiro proveniente do tráfico de drogas e buscava obter capital político para negociações com o Estado. Todas as despesas da ONG, como aluguel, água, luz, internet e salários dos funcionários eram pagas pelo CV. Dias após a visita da “dama do tráfico” aos ministérios do governo Lula, parlamentares da oposição entraram com um pedido de impeachment do ministro Flávio Dino, por suposto crime de responsabilidade. A alegação é que houve improbidade administrativa por “garantir interlocução com o crime organizado, especificamente, o Comando Vermelho”.

No mesmo dia da fuga dos criminosos do SPF, parlamentares da oposição ao governo Lula no Congresso Nacional se manifestaram, cobrando a responsabilização do presidente e do ministro da Justiça e Segurança Pública. Requerimentos de convocação do ministro da Justiça e Segurança Pública serão protocolados na volta dos trabalhos da Comissão de Segurança Pública (CSP) no Senado Federal e também na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados.



O senador Sérgio Moro (União Brasil/PR) protocolou um requerimento para realizar uma audiência na CSP com o objetivo de esclarecer as fragilidades que corroboraram para a fuga dos criminosos. Moro quer ouvir o Secretário da SENAPPEN, André Garcia, o Diretor do SPF, Marcelo Stona, e o Diretor de Inteligência Penitenciária, Sandro Barradas. O senador Moro destacou que a inédita fuga de presos em um presídio federal gera preocupações, já que as unidades têm sido um instrumento fundamental na política de isolamento das lideranças criminosas.

Segundo o Deputado Sanderson (PL/RS), atual presidente da CSPCCO da Câmara dos Deputados, “a fuga dos faccionados do CV de um presídio federal reforça o argumento de que o atual governo federal, mais que não priorizar a segurança pública, não tem vontade política alguma de enfrentar com vigor as facções criminosas, que têm aterrorizado várias regiões do país”.





A CSPCCO já vinha denunciando a omissão irresponsável e premeditada do governo federal, desde meados do ano passado” e ressaltou que Flávio Dino, enquanto ministro da Justiça, havia sido chamado para falar sobre as políticas de enfrentamento às facções criminosas, e não compareceu. “Vamos cobrar todas as informações a respeito e a imediata apuração sobre as gravíssimas fugas. O novo ministro será convocado.

Deputado Sanderson (PL/RS), atual presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados.

Em coletiva sobre o caso, o ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Lula achou oportuno dizer que “a fuga ocorreu numa terça-feira de carnaval. Na passagem da terça para a quarta-feira de cinzas, onde eventualmente as pessoas estavam mais relaxadas como costuma ocorrer neste momento”. **Lewandowski também disse nesta mesma coletiva que as câmeras do presídio federal de segurança máxima “não estavam funcionando adequadamente e que algumas luzes estavam apagadas no momento da fuga”**. Justificativas absurdas para explicar o injustificável.